

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                              |           |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                   | <b>2</b>  |
| <b>Título: A caminho do megaleilão .....</b>                                 | <b>2</b>  |
| Título: Mancha de óleo já afeta 14 unidades de conservação.....              | 3         |
| Título: Revelado mistério da caixa .....                                     | 5         |
| Título: Vazão de usina pode subir para proteger São Francisco .....          | 5         |
| <b>Título: Muito ruído. Mais transparência.....</b>                          | <b>6</b>  |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                      | <b>7</b>  |
| Título: Óleo nas praias.....                                                 | 7         |
| Título: Simulações apontam que origem do óleo está em alto-mar.....          | 9         |
| Título: Óleo chega a Salvador; mancha de 21 km2 se aproxima do estado .....  | 10        |
| Título: Vazão do São Francisco pode ser aumentada para proteger foz .....    | 11        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                 | <b>11</b> |
| Título: Privatizações devem começar com venda de ações.....                  | 11        |
| Título: Leilões do petróleo ajudam a reduzir déficit em R\$ 60 bi .....      | 14        |
| Título: Mourão diz que navio ‘fantasma’ pode ter sido origem do derrame..... | 15        |
| Título: Importância.....                                                     | 17        |
| Título: Maior desastre em extensão continua a crescer .....                  | 17        |
| Título: Secretário quer mecanismo rápido para privatizações .....            | 19        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                     | <b>21</b> |
| Título: Mancha de óleo chega a Salvador .....                                | 21        |

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 12/10/2019****Seção: Notas e Informações****Autor:****Título: A caminho do megaleilão**

Com a arrecadação de R\$ 8,915 bilhões, recorde em leilões dessa natureza, o ágio total de 323% sobre o valor mínimo esperado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (BNP) e a participação de grandes companhias mundiais (além da presença inédita de uma companhia da Malásia), a 16.<sup>a</sup> Rodada de Licitações de áreas de produção de petróleo, realizada na quinta-feira passada, teve resultados acima dos esperados. “O bônus é o maior do regime de concessão e superou todas as nossas expectativas”, reconheceu o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. “Sempre achamos que seria um leilão exitoso, mas superou as expectativas”, completou o diretor-geral da ANP, Decio Oddone.

O dinheiro arrecadado irá para o Tesouro, o que contribuirá para aliviar as pressões imediatas sobre a política fiscal do governo do presidente Jair Bolsonaro. Mas, para a economia brasileira, a contribuição poderá ter efeito mais duradouro. “A entrada de novos atores como a Petronas (a empresa malasiana citada acima) mostra que o ambiente no Brasil está atrativo”, avaliou o secretário de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães, que lembrou ainda a forte participação da Chevron no leilão.

Tudo isso compõe um quadro com indicações animadoras para o megaleilão, desta vez de áreas do pré-sal (a rodada de quinta-feira passada só tinha blocos do pós-sal), marcado para os dias 6 e 7 de novembro. No dia 6 de novembro, será realizada a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa. Esse excedente é formado pelas reservas já descobertas pela Petrobrás que excedem o volume de 5 bilhões de barris de óleo equivalente contratado pela estatal em 2010 pelo regime de cessão onerosa, por meio da qual a União cede o direito de exploração de um recurso natural de sua propriedade em troca de uma

remuneração preestabelecida. A ANP considera que este será o maior leilão da história. Os investimentos necessários para essas áreas estão estimados em mais de R\$ 1 trilhão.

No dia 7 de novembro, será realizada a 6.ª Rodada de Partilha de Produção. O leilão ofertará 5 blocos distribuídos pelas Bacias de Santos e de Campos. São oportunidades que devem interessar a empresas com perfis diferentes, o que pode acirrar a disputa. A expectativa do governo, referendada por estimativas do setor privado, é de que, num intervalo de menos de um mês, as licitações de áreas de exploração e produção de petróleo e gás gerem receita de R\$ 237 bilhões para o Tesouro e para a Petrobrás. Desse total, como mostrou reportagem do Estado, R\$ 120 bilhões devem ser pagos à Petrobrás por investimentos feitos nas áreas que vão a leilão, de acordo com projeção do IBP. Os restantes R\$ 117 bilhões virão de bônus de assinatura que as empresas vencedoras das áreas do pré-sal vendidas sob o regime de partilha deverão pagar para obter o contrato. Nesse regime, a União é recompensada com uma parte da produção de petróleo e gás.

Ao longo do tempo (até 2030), mais cerca de R\$ 300 bilhões engordarão os cofres da União, dos Estados e dos municípios, a título de compensação pela exploração de recursos naturais, na forma de royalties, e também como Imposto de Renda. Na 16.ª Rodada de Licitações, na quinta-feira passada, venceram a disputa os participantes que ofereceram os maiores bônus. Eles operarão no regime de concessão, diferente do regime utilizado na exploração do pré-sal, no qual a disputa consiste no volume de petróleo que será destinado ao governo. A necessidade de aceleração das licitações de áreas promissoras, como o pré-sal, foi mostrada pelo senador José Serra (PSDB-SP) em artigo publicado no Estado. Serra argumenta que a demanda de petróleo cresce menos do que a economia mundial. “O petróleo é uma riqueza cujos dias – ou décadas – estão contados”, por isso, “quanto mais demorarmos, menos bônus extrairemos da riqueza- petróleo”, advertiu o senador, que apresentou projeto destinado a acelerar os leilões do pré-sal.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:** Giovana Girardi Diego Emir / SÃO LUÍS ESPECIAL PARA O ESTADO

**Título:** Mancha de óleo já afeta 14 unidades de conservação

Danos mais visíveis envolvem tartarugas e a contaminação chegou à Praia do Forte, na Bahia, principal área de desovas do Brasil

Catorze unidades de conservação federais marinhas já foram atingidas pelo óleo que polui o litoral nordestino há mais de um mês, segundo monitoramento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente. São parques nacionais, reservas voltadas para a proteção ambiental e extrativistas, entre o Maranhão e o Sergipe, tornando ainda pior o impacto do desastre. Os danos mais visíveis envolvem as tartarugas cobertas de óleo e há esforços do Projeto Tamar para resgatar os filhotes e soltá-los em alto-mar, como ocorre na Reserva Biológica Santa Isabel (SE).

Segundo o ICMBio, cerca de mil filhotes já foram levados para o alto-mar e há um monitoramento diário das desovas. E para essas espécies o cenário acaba de ficar ainda mais complicado, porque a mancha chegou ontem à Praia do Forte, na Bahia, a principal área de desova de tartarugas do País – e a maior densidade de população e onde são encontradas quatro das cinco espécies relatadas no Brasil, segundo a Fundação Pró-Tamar. Mas várias outras unidades de conservação também estão sofrendo os danos, em diferentes graus. Toda essa costa é muito rica em recifes de corais, o que a torna particularmente sensível a desastres ambientais. Um vazamento ali afetaria a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil, e principal berçário das baleias jubarte. O parque de Abrolhos fica bem ao sul da Bahia, ainda longe das manchas, mas já há algumas estimativas de que o óleo pode chegar até Porto Seguro.

“O impacto é presente em todos os ecossistemas. Desde a superfície, onde está a mancha, até os bancos de grama marinhos, alimento para o peixeboi. Cobre corais. Nas marés altas, entra nos manguezais. É uma região toda conectada”, diz o biólogo especializado em oceanografia Clemente Coelho Jr, da Universidade de Pernambuco. “Visualmente, nós vemos mais o impacto nas tartarugas, que sobem para respirar e acabam ficando oleadas. O problema é o que não estamos vendo.”

Nos recifes de corais mais próximos das praias, por exemplo, já há imagens mostrando que a mancha está se depositando na maré baixa, impregnando a estrutura calcária. “Uma vez incrustado em corais, bancos areníticos e rochosos, é praticamente impossível limpar”, afirma Coelho Jr.

Maranhão. Maior reserva marinha e costeira do Brasil, a Cururupu teve seus primeiros registros de manchas negras na quarta-feira, segundo informações de técnicos do Ibama no Maranhão. A unidade tem área de 1.860 km<sup>2</sup> e uma extensa porção de manguezais protegidos, que formam um corredor ecológico de relevância mundial. No local são registradas 12 comunidades pesqueiras, que abrigam 1.200 famílias incluídas em um plano de produção de pesca artesanal.

“Se o óleo chegar aos manguezais ficará praticamente inviável a retirada do produto”, explica Leonardo Soares, especialista em gerenciamento costeiro da Universidade Federal do Maranhão. Na região vivem tartarugas, golfinhos, peixe-boi, diversas espécies de peixes, principalmente a pescada amarela, além de ostras e crustáceos.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:** Jackson Moura - ESPECIAL PARA O ESTADO FORTALEZA

**Título:** Revelado mistério da caixa

Enquanto tentavam decifrar as causas do derramamento de óleo no Nordeste, pesquisadores da Universidade Federal do Ceará descobriram que centenas de caixas de borracha, que começaram a aparecer misteriosamente nas praias brasileiras há um ano, pertenciam a um navio alemão abatido em 1944. O navio foi torpedeado por tropas americanas perto do Recife, em janeiro daquele ano, durante a 2.ª Guerra Mundial.

Os pesquisadores identificaram inscrições em alemão na placa metálica de uma das caixas. Foi a partir daí que uma pesquisa histórica elucidou o enigma. “Conseguimos identificar um cargueiro, chamado Rio Grande, em um banco de dados americano sobre naufrágios no Atlântico Sul durante a 2.ª Guerra. Esse cargueiro transportava principalmente fardos de borracha bruta”, disse o oceanógrafo físico Carlos Teixeira.

Para confirmar a hipótese, pesquisadores fizeram uma simulação numérica computadorizada, em que são liberadas partículas no lugar do naufrágio. O resultado mostra que elas chegam exatamente ao litoral nordestino. Qualquer relação dos fardos com as manchas de petróleo está descartada.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:** ANDRÉ BORGES

**Título:** Vazão de usina pode subir para proteger São Francisco

Técnicos que monitoram o avanço das manchas de petróleo no Nordeste decidiram autorizar a vazão da Hidrelétrica de Xingó, no Rio São Francisco, para evitar que o óleo avance para dentro do Rio e agrave a contaminação na região. A usina de Xingó, a mais próxima da foz do São Francisco, poderá ter sua vazão aumentada de 800 metros cúbicos por segundo para 1.300 por segundo, caso o Ibama julgue necessário.

O aumento de vazão passa pela liberação da água armazenada no reservatório de regularização que fica acima de Xingó, a barragem de Sobradinho, que funciona como uma “caixa d’água” do São Francisco. Ficou decidido que, caso essa liberação venha a ocorrer, não passe de 1% sobre o volume total de água contida em Sobradinho. Ontem, Sobradinho estava com 34,47% de sua capacidade total de armazenamento.

A mancha de óleo chegou à foz do rio, na divisa de Alagoas e Sergipe. Como a água do mar avança diversos quilômetros rio adentro em horários de baixa do rio, a ideia é liberar um maior volume de água da hidrelétrica para conter esse avanço.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 12/10/2019**

**Seção: Opinião**

**Autor: José Márcio Camargo**

**Título: Muito ruído. Mais transparência**

A tradição política brasileira é negociar nos bastidores e enviar as propostas para o Congresso quando os acordos já estão, em grande parte, consolidados. Uma frase atribuída ao ex-presidente Tancredo Neves reflete bem este processo: “Só se convoca uma reunião quando já se conhece o resultado”. Uma das bandeiras do presidente Bolsonaro na campanha era exatamente acabar com essa tradição. Segundo o candidato, a estratégia de negociar a portas fechadas estaria na origem da corrupção gerada pelo que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão. Como ninguém sabia o que efetivamente era negociado, os acordos acabavam por incluir distribuição de cargos, pagamento de propinas, etc., e os governantes, intencionalmente ou não, ficavam reféns de interesses dos grupos envolvidos.

Se essa avaliação está correta, não vem ao caso. O importante é que, ao assumir, o presidente rompeu com a tradição e acabou com o presidencialismo de coalizão. Em lugar de negociar previamente com os agentes envolvidos o teor das propostas (congressistas, corporações, empresários, etc.), o presidente as prepara com seus auxiliares diretos e, uma vez prontas, as envia ao Congresso. A partir daí a responsabilidade pela aprovação ou rejeição dessas propostas é explicitamente transferida aos congressistas. Isso não significa que as negociações deixaram de existir. Mas, sim, que passaram a ser realizadas publicamente, com a participação dos ministros das áreas às quais as propostas se referem e de seus auxiliares, quase sem a participação direta do presidente. O ministro da Economia negocia a reforma da Previdência, o das **Minas e Energia** negocia a privatização da Eletrobrás, o ministro da Justiça negocia o pacote anticrime, e assim por diante.

Esta quebra de tradição gerou mudanças importantes na dinâmica da política brasileira e tem dado origem a diferentes avaliações dos analistas. Como as discussões são públicas, divergências e concordâncias também se tornaram públicas. O que parecia uma unanimidade, agora, se converteu em disputa aberta. Elas já existiam antes, mas eram resolvidas por meio de negociações entre quatro paredes. Aumentou o nível de ruído. Afinal, a priori, ninguém sabe qual será o resultado final da negociação e toda vez que se chega a um impasse parece que as negociações estão próximas de serem rompidas. Em compensação, aumentou a transparência e, pelo menos aparentemente, diminuíram a troca de favores e os expedientes ilegais que levaram à prisão de inúmeros políticos nos últimos anos, por denúncia de corrupção, e à desmoralização da política tradicional.

Como a negociação continua, os dois lados contabilizam vitórias e derrotas. Mudanças são introduzidas pelos congressistas nas propostas enviadas pelo governo, partes das propostas são aprovadas, outras são rejeitadas, vetos presidenciais são derrubados, outros são aprovados, e assim por diante. Essa é a nova dinâmica do Congresso. O importante é averiguar se o “núcleo duro” das propostas enviadas está sendo aprovado ou não. Esta dinâmica dificulta a avaliação sobre o apoio do presidente a seus ministros. Afinal, ele pouco se manifesta sobre as negociações que estão em andamento. E o silêncio do presidente é avaliado por muitos como ausência de apoio.

Não é, ainda, possível afirmar se essa estratégia aumentou ou diminuiu a capacidade do governo de aprovar seus projetos. Vários projetos importantes foram aprovados e outros, rejeitados. As previsões de que nada seria aprovado não se concretizaram. As idas e vindas das negociações geram ruídos e volatilidade nos mercados financeiros, por serem, muitas vezes, consideradas derrotas do governo. Ao mesmo tempo, aumentou a transparência, é mais democrático e diminuiu o toma lá dá cá. Neste ambiente, é importante não confundir transparência com incapacidade de negociação. Por enquanto, os resultados obtidos são positivos.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Editorial

**Autor:**

**Título:** Óleo nas praias

Governo demorou em demasia na apuração de responsabilidades pelo desastre ambiental

São várias as perguntas ainda sem resposta acerca das manchas de óleo que, há mais de um mês, atingem praias de todo o Nordeste brasileiro, do Maranhão à Bahia.

As primeiras ocorrências foram registradas no litoral da Paraíba, no final de agosto. Cerca de 40 dias depois, já são mais de 60 cidades atingidas, numa área que se espalha por aproximadamente 2.000 km de costa —o que faz do episódio o maior desastre ambiental do país em extensão territorial.

Recolheram-se, até agora, cerca de 135 toneladas da substância, identificada como petróleo cru, e os impactos estão sendo avaliados.

Quase duas dezenas de tartarugas marinhas, animal ameaçado de extinção, morreram em decorrência da contaminação. Em Sergipe, o Projeto Tamar suspendeu a soltura de filhotes por causa do problema. Biólogos receiam ainda que a poluição possa prejudicar a reprodução de outros animais, como golfinhos e baleias jubarte.

Além disso, praias acabaram interditadas, afetando o turismo. Na foz do rio São Francisco, teme-se que a fenômeno comprometa o abastecimento à população, bem como a pesca do camarão.

Embora o Ibama já atuasse desde o aparecimento das primeiras manchas, o governo federal demorou muito a agir e começar a investigar a origem do problema.

Apenas no dia 5 de outubro, mais de um mês após os primeiros registros, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) determinou que a Polícia Federal, a Marinha e o Ministério do Meio Ambiente iniciassem a apuração das causas e da responsabilidades pelo derramamento.

Entre as poucas certezas até o momento está a de que o petróleo que se irradiou pela costa nordestina não é brasileiro. Análises da Petrobras mostraram que a substância possui características compatíveis com as do óleo produzido na Venezuela, mais pesado.

Como ele chegou às praias, porém, constitui mistério. Tudo leva a crer que o petróleo veio de alguma embarcação que cruzava o Atlântico. Aventam-se as hipóteses de naufrágio, vazamento acidental, ação criminosa e limpeza ilegal.

De acordo com a Marinha, passaram pela região em agosto, 140 navios-tanque, e aqueles que transportavam carga com características compatíveis foram instados a prestar esclarecimentos.



Que as autoridades sejam mais céleres para esclarecer a questão e encontrar os culpados do que o foram para começar a agir.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Especial

**Autor:** Simon Ducroquet

**Título:** Simulações apontam que origem do óleo está em alto-mar

Segundo trabalhos de pesquisadores, petróleo deve ter sido derramado a pelo menos 400 km da costa do país

Dois pesquisadores especializados em dinâmica de correntes marítimas fizeram simulações de computador para chegar a resultados que indicam que a origem das manchas de óleo nas praias do Nordeste está no alto-mar, a pelo menos 400 km da costa brasileira.

Um deles é Ilson Silveira, professor de oceanografia física da USP que estuda circulação oceânica. O outro é o pesquisador Fernando Túlio Camilo Barreto, vinculado ao Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que como parte de estudo de doutorado desenvolveu um modelo de simulação que estima o deslocamento do óleo na água levando em consideração a composição química dos elementos, as correntes marítimas, o vento e as ondas. Barreto foi procurado pela Marinha para ajudar na localização da origem das manchas através de suas simulações.

Essas simulações levam em consideração a atuação de grandes correntes marítimas no oceano Atlântico. A principal delas é a Corrente Sul Equatorial, que circula no sentido leste-oeste, ou seja, a partir da costada África em direção à costa do Nordeste. O gráfico abaixo mostra como essa corrente se une a uma grande corrente que circula rente à costa brasileira, chamada Corrente Norte do Brasil.

Ilson Silveira, da USP estimou no simulador qual seria a trajetória de objetos à deriva no mar próximo à costa do Nordeste, ou seja, a menos de 50 km. O resultado indicou que eles chegariam à costa em pouco tempo, em locais muito próximos entre si, e se deslocando em direção ao Rio Grande do Norte, acompanhando a Corrente Norte, que é muito forte.

Ele testou então, com sua equipe, o que aconteceria se os objetos estivessem no alto-mar, a cerca de 1.250 km de distância. O padrão de aparecimento sugerido pela simulação é semelhante ao que foi evidenciado nas praias do Nordeste a partir de setembro, segundo registro do Ibama.

Silveira pondera que esse resultado é apenas uma simulação feita no âmbito acadêmico e não leva em consideração alguns fatores como a composição química do óleo e o efeito dos ventos.

Por outro lado, a simulação de Fernando Barreto chegou a resultados mais precisos, porque ela leva em consideração a composição química da água e do óleo. Além disso, por estar colaborando com a Marinha, ele teve acesso a dados mais precisos que simulam a movimentação das correntes. Segundo ele, ao simular a origem do vazamento a cerca de 400 km da costa, próximo à latitude de 9° ao sul do Equador, é possível observar um padrão semelhante ao observado.

Barreto não pode, por enquanto, divulgar imagens da simulação, porque estão sob sigilo a pedido da Marinha. Ele pondera que as simulações estão baseadas em dados de monitoramento das correntes que poderiam ser mais precisos, como os que estão disponíveis na Baía de Campos, na região Sudeste, onde o interesse é maior pela grande presença de plataformas de petróleo.

Mesmo assim, ele afirma que é pouco provável que as manchas tenham se originado próximos à costa do Nordeste, porque o vento é muito forte e o espalhamento seria muito mais contido.

Carlos Teixeira, oceanógrafo e professor do Instituto de Ciências do Mar (Labomar) da Universidade Federal do Ceará, também diz que, baseado nas correntes marítimas da região, a hipótese mais provável é que o óleo tenha vindo de uma região entre 500 e 1000 km da costa dos estados de Pernambuco e Paraíba.

Análises feitas tanto pela Petrobras quanto pela Universidade da Bahia já comprovaram que o petróleo não é brasileiro.

Colaborou Nicola Pamplona, do Rio de Janeiro

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Data: 12/10/2019**

**Seção: Especial**

**Autor: João Pedro Pitombo**

**Título: Óleo chega a Salvador; mancha de 21 km<sup>2</sup> se aproxima do estado**

Pequenas pelotas de óleo foram identificadas em pelo menos quatro praias de Salvador, capital da Bahia, desde a madrugada desta sexta-feira (11).

É a primeira vez desde o início do registro de manchas em praias do litoral nordestino, em 30 de agosto, que o óleo é encontrado na capital baiana. Foram identificadas manchas nas praias de Stella Maris, Flamengo, Piatã e Jaguaribe.

Somado a isso, uma mancha de óleo cru de 21 km<sup>2</sup> quadrados e outra de 3,3 km<sup>2</sup> estão a cerca de 100 km de distância do litoral brasileiro. As manchas foram identificadas por um satélite da União Europeia.

As anomalias foram identificadas pelo professor do curso de oceanografia da UFBA (Universidade Federal da Bahia), Pablo Santos, especialista em sensoriamento remoto.

O governo de Sergipe, por sua vez, instalou barreiras de contenção na foz dos rios Sergipe e Vaza-Barris, dois dos mais importantes do estado. O equipamento será usado para conter o avanço do óleo que chegou às praias do estado e começa a entrar no estuário dos rios.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Especial

**Autor:**

**Título:** Vazão do São Francisco pode ser aumentada para proteger foz

A ANA (Agência Nacional de Águas) aprovou nesta sexta (11) a possibilidade de ampliar a vazão do São Francisco caso o óleo que atinge praias do Nordeste ameacem a foz do rio. A medida depende de avaliação do Ibama (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) sobre os riscos de contaminação. A vazão do São Francisco vem sendo controlada pela ANA desde 2013, com o objetivo de preservar água nos reservatórios das hidrelétricas ao longo do rio

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** MANOEL VENTURA, JOÃO SORIMA NETO E LEO BRANCO

**Título:** Privatizações devem começar com venda de ações

## PRIVATIZAÇÃO

### COMEÇO SERÁ POR VENDA DE PARTICIPAÇÕES

Especialistas defendem que grandes estatais devem ser deixadas para o fim

Depois de contabilizar o que detém de participação em empresas privadas, chegando a 637, a equipe econômica está disposta a fazer o programa de privatizações deslançar por meio da venda de ações. Essa estratégia também foi apontada como a mais indicada por especialistas ouvidos pelo GLOBO. Eles argumentam que estatais mais parrudas, como Eletrobras e Petrobras, devem ser deixadas para o fim, até que o Palácio do Planalto consiga costurar o apoio do Congresso e dos estados.

Fontes da equipe econômica afirmam que o governo irá focar, neste momento, na venda das participações que a União e o BNDESPar, braço de investimento do BNDES, detém nas empresas. O banco pretende levantar, ao todo, mais de R\$ 100 bilhões com as operações. O BNDES e a União têm, juntos, participação em 145 companhias. Esse processo será feito com cuidado, garantem técnicos, para não afetar o mercado e o governo não ter prejuízos. A venda de participações detidas pela União ajuda a reduzir a dívida pública, mas não interfere no resultado primário do governo federal.

— O BNDESPar já poderia ter se livrado de várias participações — diz Sergio Lazzarini, professor do Insper.

O BNDESPar tem R\$ 110 bilhões investidos em 102 empresas, de capital aberto (com ações negociadas em Bolsa) e fechado.

O governo evita divulgar um cronograma, porque essa informação poderia afetar o valor dos ativos. Mas já é certo que o ritmo será mais acelerado no BNDES, cuja carteira inclui ações em empresas dos setores elétrico, siderúrgico, petrolífero e imobiliário.

## PROCESSO MAIS FÁCIL

Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados, diz ter a impressão de que o governo está um pouco perdido no tema privatizações. A equipe econômica, segundo ele, já poderia ter vendido empresas menores, como a Valec, responsável pela construção e administração de ferrovias federais, e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), criada em 2012 para elaborar estudos sobre o trem de alta velocidade, que não saiu do papel.

—As mais fáceis são essas pequenas, além do desmonte do BNDESPar e da venda das participações dos bancos estatais em outras empresas. São lançamentos normais no mercado, que o governo deveria acelerar— diz Vale.

Vender uma participação minoritária, uma subsidiária ou uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) é considerado mais fácil que privatizar uma companhia direta-mente controlada pela União. Este ano, o BNDES vendeu suas ações em 13 empresas, arrecadando R\$ 13,6 bilhões.

Especialistas concordam que a agenda de privatizações e concessões do atual governo é mais ampla e intensa do que as de administrações passadas. Mas reconhecem que a venda de empresas como Petrobras, Correios e Eletrobras esbarra em questões legais e políticas complicadas.

Outro entrave é a tramitação da reforma da Previdência, principal foco do governo hoje. A aprovação da reforma, fundamental para o equilíbrio das contas públicas no longo prazo, domina as discussões no Congresso.

— Há muitas travas legais, e é preciso a aprovação do Congresso. As privatizações, em geral, não são populares, então é preciso discussão, debate. E em estados dependentes de empregos em estatais, há um fator político — diz Lazzarini.

Fernando Marcato, da GO Associados, consultoria especializada em programas de desestatização, acredita que o governo ainda nem teve tempo de avaliar todos os riscos envolvidos no processo de privatização, muitos deles inexistentes em outros formatos, como as concessões.

Um desses riscos é a falta de expertise no mercado para colocar uma estatal à venda. Há ainda problemas de caixa — pôr à venda uma estatal pressupõe deixá-la saneada antes, o que significa gastar com demissões ou encerramento de operações deficitárias.

## SÓ NO ANO QUE VEM

Carlos Heitor Campani, professor de Finanças e Reforma da Previdência do Coppead/ UFRJ, acredita que as vendas só terão início em 2020, começando pelas estatais de pequeno porte.

Marcato, por sua vez, considera viável para o governo colocar à venda já no início de 2020 ativos em infraestrutura, como as companhias Docas de Santos e São Sebastião, no litoral paulista. Em Santos, a gestão que assumiu em janeiro deste ano já demitiu pessoal e encerrou contratos inflados, o que elevou a rentabilidade da empresa.

Para Vale, da MB Associados, a sociedade não veria problemas na venda de Eletrobras e Correios. No caso da Eletrobras, diz, é preciso avaliar se seria mais vantajoso vender diretamente no mercado, com lançamento de ações na Bolsa, ou por meio de um leilão, como aconteceu na privatização da mineradora Vale, por exemplo.

— Lançando no mercado, o retorno fica dentro da empresa, não vai para o governo. E um leilão teria o efeito de arrecadar para o governo. Parece-me que esta opção seria melhor, pelo ganho fiscal — diz o economista.

Alberto Ramos, economista-chefe para a América Latina do banco Goldman Sachs, aponta que o programa de privatizações avança em uma velocidade razoável, diante do tamanho e da escala de ativos. Mas, ele ressalta que esse programa não está no radar dos investidores estrangeiros neste momento:

— Os investidores estão focados mais nos aspectos macro da agenda do ministro Paulo Guedes, como as reformas para reduzir o peso do Estado na economia. O pacote de privatizações ainda tem uma presença tímida em meio a outras iniciativas.

Oficialmente, há 17 empresas na lista de privatizações. A da Eletrobras foi anunciada no governo Michel Temer, mas ainda há forte resistência no Congresso.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/10/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: MANOEL VENTURA**

**Título: Leilões do petróleo ajudam a reduzir déficit em R\$ 60 bi**

Com recursos das licitações, equipe econômica diminui para R\$ 79 bi previsão de rombo nas contas públicas deste ano

O Ministério da Economia decidiu incluir parte da arrecadação com o megaleilão de campos de exploração de óleo e gás no pré-sal, marcado para novembro, e da licitação de petróleo, feita na última quinta-feira, nas estimativas oficiais de receita federal. Com isso, o governo vai reduzir em R\$ 60 bilhões a previsão de rombo nas contas públicas deste ano.

O Orçamento prevê que 2019 fechará no vermelho em R\$ 139 bilhões. Pelas novas contas da equipe econômica, o valor será de um rombo de R\$ 79 bilhões. Os dados foram incluídos em um relatório extraordinário de Avaliação de Receitas e Despesas que será publicado em outubro.

O documento avalia o comportamento da arrecadação e dos gastos federais e precisa ser publicado a cada dois meses. É com base nesse relatório que o governo decide bloquear ou liberar recursos dentro do Orçamento. O último relatório foi publicado em setembro, e a próxima reavaliação só estava prevista para 22 de novembro.

Com a arrecadação extra de R\$ 8,9 bilhões com o leilão promovido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) nesta semana e a previsão de realizar o mega-leilão do excedente da cessão onerosa em 6 de novembro, o Ministério da Economia decidiu elaborar um relatório extemporâneo.

No documento, elaborado ontem, a equipe econômica estima um ingresso de R\$ 52,4 bilhões nas contas do Tesouro Nacional com o megaleilão. A receita total da licitação é bem maior, prevista em R\$ 106,5 bilhões. Parte desse valor, porém, será transferida para a Petrobras como compensação pela revisão do contrato de cessão onerosa — acordo que permitiu a exploração de blocos de petróleo no pré-sal da Bacia de Campos — e para estados e municípios.

#### CRÉDITO ESPECIAL

Com os leilões, a previsão oficial de receita subirá R\$ 60 bilhões. Para fazer o relatório extraordinário, além de considerar a arrecadação extra com petróleo, o Ministério da Economia justifica a necessidade de operacionalizar os pagamentos decorrentes da receita do megaleilão.

Será preciso enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei de crédito especial para passar a prever, no Orçamento deste ano, a transferência de recursos para a Petrobras (R\$ 33,6 bilhões) e para governos estaduais (R\$ 10,9 bilhões) e prefeituras (R\$ 10,9 bilhões). O estado do Rio receberá mais R\$ 2,1 bilhões, por ser a unidade produtora dos campos de petróleo.

As receitas não estavam previstas inicialmente no Orçamento federal. A equipe econômica tem adotado cautela para incluir ou tirar a previsão de arrecadação dos relatórios oficiais. No caso de leilões como esses, a pasta espera ter garantias de que o dinheiro de fato cairá na conta. O leilão da cessão onerosa, por exemplo, só teve as regras confirmadas nesta semana pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E, há cerca de duas semanas, o Congresso promulgou uma mudança na Constituição que abriu caminho para a licitação.

Até agosto, o rombo das contas públicas somava R\$ 52,1 bilhões. Caso o déficit de R\$ 79 bilhões se confirme, o governo terá neste ano o melhor resultado para as contas públicas desde 2014 — quando o rombo somado foi pouco maior que R\$ 20 bilhões. De 2015 em diante, a crise fiscal se agravou, e o país vem ficando anualmente no vermelho.

O rombo menor ajuda a controlar o crescimento da dívida pública. Em agosto, a dívida bruta do país atingiu 79,8% do PIB, segundo dados do Banco Central.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Sociedade

**Autor:** RENATO GRANDELLE

**Título:** Mourão diz que navio 'fantasma' pode ter sido origem do derrame

No Vaticano para canonização de Irmã Dulce, vice reafirma soberania na Amazônia

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem que embarcações “fantasmas” — aquelas que navegam ilegalmente contrabandeando produtos, inclusive petróleo — podem estar envolvidas no despejo de óleo no litoral do Nordeste.

— O caso está sendo estudado pelo Ibama, pela Marinha, pela própria Petrobras. A Marinha tem a suspeita de que tenha sido de 30 embarcações, mas nós também sabemos que existem aquelas chamadas embarcações fantasmas. O governo está buscando controlar os danos e levantar quem são os responsáveis — afirmou Mourão.

O vice-presidente conversou com a imprensa no Vaticano, onde está para a cerimônia de canonização da Irmã Dulce — na manhã de amanhã, durante o Sínodo da Amazônia — e para reunião com secretários do Papa Francisco.

Mourão afirmou que dirá aos representantes da Igreja que a Amazônia brasileira é responsabilidade do país e criticou a “desinformação” da comunidade internacional sobre as ações do governo.

Ele afirmou que a região “tem uma questão fundiária muito grave”, e que o governo deve dar assistência técnica a atividades produtivas para que estas não prejudiquem o meio ambiente. Defendeu ainda que o governo faça um “mea culpa” sobre a forma como lidou com as queimadas.

— Nos primeiros momentos, não tivemos a reação correta. Agora, temos que buscar um diálogo mais positivo — afirmou. — Mas, muitas vezes, passa-se uma ideia: “porra, a Amazônia está virando uma savana”. Quem mora lá sabe que não é assim.

O vice-presidente afirmou que também foi ao Vaticano para passar a imagem de que “a Amazônia brasileira é brasileira, e é responsabilidade nossa protegê-la”

— Nós não queremos ser colocados como os vilões, o governo da motosserra, de ex-terminadores de indígenas, o governo que não respeita os direitos humanos. É um recado pequeno, mas firme.

## SÍNODO POLÍTICO

Indagado se enxergava viés político no sínodo, o vice-presidente disse que sim, mas mencionou o próprio contexto atual da Igreja Católica:



— Tudo na vida é político. É óbvio que, na minha visão e na da maior parte do governo, elas (as discussões) têm como pano de fundo a Amazônia, mas julgo que o aspecto principal são alguns dogmas da Igreja que estão sendo discutidos, como as diaconisas e os padres casados. É uma quebra de paradigma. Talvez por isso a Igreja tenha perdido parte de seu protagonismo na região.

Mourão disse ainda que o governo está tendo “alguma dificuldade” para proteger as terras indígenas e que seria preciso primeiramente recuperar esta porção, antes de demarcar novas áreas. De acordo com o vice-presidente, o presidente Jair Bolsonaro deve viajar à Itália no ano que vem para conhecer o Papa Francisco.

\*O repórter viajou a convite da Burness

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/10/2019**

**Seção: Economia**

**Autor:**

**Título: Importância**

### Opinião do Globo

QUEM NÃO se preocupa com o meio ambiente, tampouco leva a sério a mobilização mundial por sua preservação, deve procurar entender o que significa o fato de empresas não terem feito lances no leilão de petróleo para áreas na região de Abrolhos.

HÁ CRÍTICAS à decisão de se permitir a exploração de petróleo no local, berçário de várias espécies, inclusive baleias. Existe um risco jurídico neste negócio que ninguém deseja correr.

MAS HÁ também a preocupação de empresas em não ligar seu nome a um desastre ambiental em Abrolhos. Ou seja, por mais que o governo Bolsonaro desdenhe da questão, o tema ganha cada vez mais importância na avaliação mundial de países e empresas.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/10/2019**

**Seção: Sociedade**

**Autor: ANA LUCIA AZEVEDO**

**Título: Maior desastre em extensão continua a crescer**

Para especialistas, manchas de óleo que afetaram praias famosas e paraísos ecológicos do Nordeste podem ser a ponta do iceberg do derrame; governo é criticado por demora em agir e ignorar decreto

O maior desastre com petróleo, em extensão, da história do Brasil não para de aumentar sem que se tenham pistas concretas sobre sua origem ou um plano nacional em ação para controlá-lo. Também não se sabe por quanto tempo manchas de óleo continuarão a sujar praias e paraísos ecológicos do Nordeste. Elas já atingem 150 localidades em nove estados e se espalharam por cerca de 2.200 km do litoral, de Cururupu, no Maranhão, até a Praia do Forte e Arembepe, na Bahia.

Doze unidades de conservação e dezenas de locais que vivem de turismo foram afetados pelas manchas. O oceanógrafo Jackson Krauspenhar, especialista em emergências por óleo da empresa Sprink, diz que podemos estar vendo apenas a ponta do iceberg, uma vez que não há ideia sobre o volume de petróleo que está no mar.

Krauspenhar trabalhou na recuperação das áreas afetadas pelo maior desastre de petróleo em volume no país, o da Baía de Guanabara, em 2000, quando 1,3 milhão de litros vazaram.

Ele destaca que agora houve demora na resposta — desde o início de setembro há relatos de tartarugas cobertas de óleo — e não existe uma ação coordenada.

— Talvez nunca se descubra que navio lançou o óleo. A demora em agir, já que ele está no mar há cerca de dois meses, desde setembro, dificulta saber de onde ele veio e que quantidade vazou. Isso significa que pode nos restar ficar removendo as manchas e limpando as praias. E para onde a areia contaminada está sendo levada e o que é feito dela? Ninguém sabe direito — salienta o oceanógrafo.

O especialista explica que parte do óleo está no mar e pode afetar a vida marinha e, não se descarta, a saúde humana. Sobrevoos de helicóptero, curiosamente, não têm mostrado manchas no mar.

— Isso significa que o óleo pode ter afundado e se depositado no fundo. Já aconteceu em alguns poucos vazamentos. Só se vê o que dá na praia, o que está no mar ninguém sabe e isso é muito grave. A demora em agir quando surgiram as primeiras manchas e animais com óleo nos custará caro. Vamos limpar óleo por quanto tempo? Parece que só chegou o começo. O núcleo da mancha de óleo lançada no Atlântico ainda está a caminho —frisa o especialista.

Jackson Krauspenhar destaca que o Brasil nunca implementou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC).

O deputado estadual Carlos Minc (PSB/RJ), que era ministro do Meio Ambiente (2008-2010) na época em que o mapeamento de risco no Brasil para acidentes com óleo foi realizado (2009), diz que o governo descumpriu o Decreto 8.127 que instituiu o PNC e até agora não articulou uma resposta para fazer frente aos danos.

— Houve inexplicável demora para agir e não há um gabinete de crise. Há um crime ambiental claro, mas mais importante que achar um culpado, é fazer frente aos impactos deste que é o maior desastre com óleo do país em extensão. Os danos ambientais e econômicos sequer foram ainda avaliados — diz Minc.

O ambientalista Alfredo Sirkis, diretor-executivo do Centro Brasil no Clima, destaca que, além da demora na ação de identificação e remoção das manchas e estudo de impacto, há ainda uma falha em segurança nacional. Para ele, um vazamento de petróleo que só começa a ser investigado após semanas de seu início, mostra que nosso litoral não está bem resguardado.

#### HIDRELÉTRICA DE XINGU

Krauspenhar observa que, devido à ampla área afetada, certamente um grande volume de óleo foi lançado. Como o professor de engenharia oceânica da Coppe Paulo Rosman, ele diz que uma possibilidade é a de o óleo ter vindo de um navio clandestino em risco de naufrágio.

A Agência Nacional de Águas, em reunião extraordinária com outras entidades, decidiu que a vazão da hidrelétrica de Xingó será aumentada de 800 m<sup>3</sup> por segundo para 1.300 m<sup>3</sup>/s, caso o Ibama veja risco de contaminação do São Francisco. As manchas chegaram à foz do Velho Chico. Mas até agora, segundo Anivaldo Miranda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio, a maior preocupação são os manguezais e os bancos de reprodução de camarões no mar, junto à foz.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Secretário quer mecanismo rápido para privatizações

Segundo Mattar, vender estatal demora 11 meses. Empresários apresentam propostas sobre concessões para obter mais R\$ 25 bi

O secretário especial de desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, defende uma via mais rápida para as privatizações. Ele estima em 11 meses o tempo mínimo para a venda de uma estatal da União. O prazo, que considera longo frente à mesma operação na iniciativa privada, deve-se às várias etapas a serem seguidas.

— Precisamos elaborar um fast track. (A estimativa do Ministério da Economia é que) a privatização mais rápida que vamos ter é em 11 meses, e a maior, em dois anos — disse Mattar a investidores no Fórum Brasil Investimentos 2019, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em São Paulo.

#### CRITÉRIOS DE INDENIZAÇÃO

Mattar assegurou ainda que serão vendidas todas as estatais que for possível.

Paralelamente, um grupo de empresários e consultores entregou, ontem, propostas para aperfeiçoar o marco regulatório das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e das concessões a integrantes da comissão especial da Câmara que trata do assunto. A estimativa é que as medidas, que visam estimular os investimentos via mercado de capitais, possam atrair mais R\$ 25 bilhões, além dos R\$ 50 bilhões previstos pelo governo em investimentos para a infraestrutura em 2020.

O projeto foi entregue ao relator do pacote na Câmara, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), e as sugestões serão discutidas na comissão, criada em agosto. São 24 pontos, como a consolidação, numa única lei, de todas as modalidades de concessão e contratação de investimentos em dólar, para evitar o risco cambial; e critérios de indenização claros para consórcios ou empresas que descumprirem contratos.

— Viracopos virou um caso emblemático. Não há critério de indenização definido. Nossa proposta é que o total investido seja trazido a valor contábil e pago às empresas ou consórcios. Sem isso, há insegurança jurídica, afastando quem quer investir — diz Vitor Bidetti, presidente da Integral Brei e coordenador do grupo de trabalho.

No Fórum do BID, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, disse que até o fim de outubro ou início de novembro devem ser publicadas as regras para indenizações a serem pagas às concessionárias em apuros financeiros e dispostas a devolver os ativos à União. A ação é chamada de “devolução amigável”, prevista em lei desde 2017 e regulamentada em agosto deste ano.

Outra sugestão do grupo é haver algum tipo de incentivo tributário para títulos de dívida emitidos por empresas, a exemplo das chamadas debêntures de infraestrutura. Para Bidetti, a inclusão de critérios de sustentabilidade na avaliação de desempenho também é importante:

— Projetos com critérios ambiental, social e de governança podem atrair recursos de fundos soberanos — afirmou. (João Sorima Neto e Leo Branco)

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 12/10/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Gabriel Pinheiro

**Título:** Mancha de óleo chega a Salvador

A prefeitura de Salvador constatou fragmentos de petróleo em outras seis praias da capital: a do Flamengo, Jardim de Alah, Jardim dos Namorados, Piatã, Itapuã e Buracão (Rio Vermelho). Equipes do serviço de limpeza urbana da prefeitura, a Limpurb, estão atuando na limpeza e monitoramento das manchas de óleo em todas as praias de Salvador.

Até ontem, as oito capitais costeiras do Nordeste registraram a presença do óleo. No Piauí, cuja capital Teresina não fica na Costa, em quatro municípios litorâneos foram encontrados o material de origem desconhecida. A mancha já atinge 2,4 mil quilômetros do litoral brasileiro.

O resultado das amostras de petróleo encontradas no Nordeste, solicitadas pelo Ibama e pela Capitania dos Portos, e cuja análise foi feita pela Marinha e pela Petrobras, apontou que a substância encontrada é petróleo cru. O presidente da Limpurb, Marcus Passos, deu detalhes da operação de emergência que foi montada para diminuir os impactos ambientais. “Coletamos aproximadamente 20 quilos de material até o momento”, disse Passos.

Ele acrescentou que o número de praias atingidas pode aumentar e que todo material recolhido está sendo guardado em locais isolados, à disposição para análise de órgãos ambientais federais e estaduais. “É um dos maiores danos ecológicos em extensão do Brasil. Estamos falando de aproximadamente 2.400 quilômetros de litoral, ou seja, mais de 130 praias atingidas”, acrescentou o gestor da Limpurb.

O superintendente do Ibama na Bahia, Rodrigo Santos Alves, diz que o instituto se reuniu com as prefeituras dos locais atingidos, o governo do estado, representantes do ministério público estadual e federal e de universidades. Segundo ele, os encontros serão frequentes com o objetivo de tomar

providências, discutir os desdobramentos do desastre e traçar estratégias para diminuir os danos ambientais. “Esse problema gera um grande impacto indesejado no turismo, no comércio e nas atividades de lazer. Há também uma preocupação grande em relação à fauna”, disse.

O diretor de fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Marcos Machado, disse que ainda não há como mensurar a alcance da tragédia e todos os impactos. “É um exemplo inédito no país, o que chamamos de mancha órfã. Não sabemos exatamente de onde vem”, disse.

Em Brasília, a Sala de Acompanhamento da Operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco, coordenada pela Agência Nacional de Águas (ANA), fez uma reunião extraordinária ontem. No encontro, foi debatida a situação na foz do rio, onde a mancha de óleo chegou na quarta-feira, e formas de mitigação do problema por meio da operação dos reservatórios localizados da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Representantes de Alagoas e Sergipe apresentam a situação de momento na região da foz do São Francisco atingida pela mancha de óleo, além das medidas que estão sendo tomadas para minimizar os impactos constatados no rio.

A vazão defluente da usina hidrelétrica de Xingó, no São Francisco, foi modulada de forma a evitar que o óleo avance. A usina poderá ter sua vazão aumentada de 800 metros cúbicos por segundo para 1.300 metros cúbicos por segundo, caso o Ibama acione a ANA.

***\* Estagiário sob supervisão de Cláudia Dianni***

**MME / ASCOM .**